

ÉTICA, VIRTUDES E ORDEM SOCIAL: DE ARISTÓTELES AO MUNDO ATUAL

Claudio Mano

Membro do Centro de Pesquisas
Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”.
Acadêmico do Curso de Filosofia da UFJF.
cmpostal@gmail.com

Aristóteles vê dois tipos de virtudes, as morais e as intelectuais. Segundo ele, as intelectuais já nascem conosco, são as que nos permitem a sabedoria e se desenvolvem com o tempo. Já as morais, são resultado exclusivo de um aprendizado, de um hábito que uma vez consolidado passa a se refletir em nossas ações¹. Embora adquirida no exterior, a virtude moral se materializa em função de ações subordinadas a nossa escolha voluntária², ela se dá portanto em nosso interior. Sendo assim, todo o conhecimento implícito, tanto ao ato quanto às suas conseqüências, precisa já ser de nosso conhecimento no momento da ação. Tentaremos nesse texto, defender a tese de que no mundo contemporâneo, o reconhecimento das virtudes morais não decorre mais de um julgamento interior. Não é mais suficiente se ater ao consenso em torno de um comportamento ideal, que nos é apresentado e mantido pelas tradições. Para que seja conferida virtude a nossos atos, há de se aguardar os resultados decorrentes. A virtuosidade da ação não é mais inerente ao ato, mas sim dependente de uma avaliação posterior, efetuada pela sociedade.

¹ Aristotle, *Nicomachean Ethics*, II, 1103^a-15

² Ibid, III, 1113b

1 - INTRODUÇÃO

Aristóteles nos ensina que as virtudes morais, por condicionarem nosso comportamento, não nascem conosco, pois “nada que nasça conosco pode vir a formar um hábito contrário a nossa natureza”³. Para ele, os interesses pessoais devem estar subordinados a um interesse maior – a *polis* – e assim, os padrões de conduta adequados devem ser ensinados e praticados até o ponto de serem totalmente incorporados: “nós nos tornamos justos por fazer atos justos”⁴.

Mas afinal, o que exatamente são as virtudes morais e como identificá-las? Aristóteles nos diz: é algo que não possui nem “excesso”, nem “falta”, é como se fosse uma “média entre dois vícios”⁵. “Considerando os sentimentos de medo e confiança, coragem é a média”⁶.

O principal a notar, é que à época de Aristóteles, ainda não havia a idéia da subjetividade, ou seja, o individuo como referência e interlocutor dos significados. Assim os conceitos de virtude moral, tais como justiça e coragem, podiam ser transmitidos em sua integralidade: “O homem então, que se defronta e que teme as coisas certas e pelos motivos certos, na direção certa e na hora certa, e se sente confiante nessas condições, é um bravo; o homem bravo sente e age de acordo com os méritos de cada caso em concordância com as regras”⁷, ou seja, a virtude moral uma vez apreendida, é preservada.

Em nossos dias, o ensinamento ético Aristotélico permanece como alicerce de nossa estrutura moral, porem a ação virtuosa baseada na interiorização desses princípios, não é mais garantia de seu reconhecimento como tal. Somente após a avaliação das conseqüências advindas efetuada pela sociedade, é que a virtude passa a ser finalmente reconhecida; a ação sustentada de acordo com princípios já não é mais suficiente. Não basta o julgamento interior dos bons motivos e mesmo das boas expectativas, há de se considerar também sua conformidade com uma avaliação exterior que somente virá a se confirmar posteriormente à efetivação dos resultados.

Se ao homem é dada a possibilidade de escolha – livre arbítrio, isso implica que entre o momento em que se identifica a necessidade de agir e a consumação da ação, existe um intervalo de tempo. Assim, valores podem ser considerados, conseqüências medidas. Essa análise busca em efeito encontrar a melhor ação possível – a mais centrada. Dessa forma, a

³ Ibid., II, 1103a-20

⁴ Ibid., II, 1103b

⁵ Ibid., III, 1107^a

⁶ Ibid., III, 1107b

⁷ Ibid., III, 1115b-20

ação virtuosa dependerá exclusivamente do cuidado dedicado à escolha do como agir, e a isso chamamos de prudência.

A prudência já era considerada por Platão, ao lado da coragem, temperança e justiça, uma das virtudes cardinais⁸. Ela é relacionada por André Comte entre as virtudes mais efetivas e que assim não deve faltar àqueles que buscam por uma vida feliz⁹. Epicuro a exalta como algo “mais precioso que a filosofia” e de onde “nascem todas as outras virtudes”¹⁰.

2 – A PRUDÊNCIA

André Comte observa, que a prudência vem sendo “esquecida” como virtude ao longo do tempo. Para ele, isso se deve a obviedade e importância de seu uso, e ainda mais que em nossos dias, “a ética da responsabilidade quer que respondamos não apenas por nossas intenções ou nossos princípios, mas também pelas conseqüências de nossos atos, tanto quanto possamos prevê-las”¹¹. Pelo uso da prudência, projetamos no presente nossa sensação futura, sendo este um elemento ativo no processo decisório; de certa forma nos tornamos espectadores em primeira mão de nossos próprios atos. A prudência, ao priorizar a adequação do resultado, proporciona equilíbrio às ações, o que segundo Aristóteles, é a característica das virtudes. Dessa forma, podemos ver a prudência não como uma virtude independente, mas como sugerido por Epicuro, uma coadjuvante, parceira de todas as demais.

Comte nos diz: “os Estóicos consideravam a prudência uma ciência (a ciência das coisas a fazer e a não fazer)”, além disso, observa que “a prudência supõe a incerteza, o risco, o desconhecido”¹² e também “o homem prudente é atento, não apenas ao que acontece, mas ao que pode acontecer”¹³. Mas o uso prático da prudência acaba por explicitar apenas uma de suas facetas: “A prudência determina o que é necessário escolher e o que é necessário evitar. Ora, o perigo pertence, na maioria dos casos, a esta última categoria: Daí a prudência, no sentido moderno do termo (a prudência como precaução). Todavia, há riscos que é necessário correr, perigos que é preciso enfrentar: Daí a prudência, no sentido antigo (‘virtude do risco e da decisão’)”¹⁴.

⁸ Plato, *The Republic*, IV, 427

⁹ Comte-Sponville, André, *Pequeno tratado das grandes virtudes*

¹⁰ Epicurus, *Letter to Menoecus*, p. 233

¹¹ Comte, op. cit. p. 38

¹² Ibid, p. 39

¹³ Ibid, p. 40

¹⁴ Ibid, p. 41

A prudência nos leva a pactuar com o futuro; para que ela faça sentido, é necessário então que as condições concebidas pelo intelecto no momento da decisão, se mantenham inalteradas até que os efeitos da ação se produzam. Essa dilatação do tempo em nossas mentes é observada por Comte: “Mas o que é esse instante em instância em contato com o futuro próximo ou imediato, senão o presente que dura?”¹⁵. Mas ele também ressalta que toda virtude só existe no presente, ela está irremediavelmente ligada ao ato.

Pode a virtude do ato ser mantida, em um mundo real onde prevalece a contingência? Para que a prudência se concretize, é necessário que o “momento”, o “agora”, o “presente”, se alarguem e as condições se mantenham, fazendo do tempo pessoal, algo único e defasado do percebido pelos demais. Assim, como nos ensina Hume, agimos de acordo com uma crença, mas esta pode se concretizar ou não¹⁶. Sendo assim, como a realidade evolui enquanto que as condições que justificaram a decisão permanecem estáticas, a aceitação generalizada de uma “virtude” implica em que a própria avaliação dos atos obedece a uma dinâmica que transcende sua motivação inicial e o resultado previsto. A avaliação externa que irá conferir virtude ao ato, se dará no futuro, numa situação que tanto as condições pressupostas poderão ser diferentes quanto os que julgam as ignoram. Além disso, o julgamento não se dá sobre o que deveria ou poderia ter sido, mas sobre um resultado efetivo. Vale notar, no entanto, que o agir de acordo com os princípios da virtude liberta nossas ações, no sentido de sermos movidos pela crença do motivo justificado, do bom resultado.

3- A INTELIGÊNCIA

Conceituar inteligência não é tarefa simples: “conjunto de todas as funções que tem por objeto o conhecimento, no senso mais amplo da palavra (sensação, associação, memória, imaginação, entendimento, razão, consciência) (...) suas operações são essencialmente determinativas e por consequência, de tendência objetiva”¹⁷. Em nosso texto, estamos considerando inteligência, como sendo um processo intelectual capaz de avaliar alternativas conhecidas, com o objetivo de a partir delas, estabelecer ou elaborar aquela que melhor possibilite alcançar objetivos pré-determinados. De modo a exemplificar nosso entendimento, buscaremos auxílio em John Erskine. Em seu ensaio, “A obrigação moral de ser inteligente”, ele nos diz que a virtude reside sobre a inteligência, e que a inteligência tem o poder de

¹⁵ Ibid, p. 61

¹⁶ Hume, *An Enquiry Concerning Human Understanding*

¹⁷ LALANDE, André, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 2006, PUF

transformar nossos receios em oportunidade: “(...) amor, fome e medo, continuam sendo motivos para se agir, mas a inteligência os redireciona a outras finalidades. Se não mais enforcamos os ladrões ou usamos a palmatória com os estudantes, isso não significa que consideramos menos grave o roubo ou a preguiça, mas que a inteligência encontrou melhores maneiras de persuadir à honestidade e ao trabalho”¹⁸. A seguir tentaremos situar a inteligência no âmbito da ação virtuosa.

Como vimos, a ação virtuosa se caracteriza tanto em função dos motivos quanto das conseqüências. Também defendemos, que no mundo contemporâneo essa avaliação é posterior ao ato e externa ao indivíduo, ou seja, quando julgamos agir virtuosamente temos apenas uma expectativa. De qualquer forma, cumpre conhecer a opinião corrente do que são as virtudes, em acordo com a moral vigente. Segundo Aristóteles, isso será obtido pela educação e fixado pelo hábito¹⁹. Mas pode alguém agir de forma virtuosa aos olhos da sociedade e ter sido movido internamente por uma motivação condenável? – o contrário é plenamente reconhecido no dito popular: “o inferno está cheio de boas intenções”. Vejamos a situação onde uma decisão a ser tomada considera que: 1- Existem motivos validos de acordo com os padrões morais do autor. 2- Esses motivos são aceitos como bons pela sociedade. 3- O autor tem uma expectativa favorável das conseqüências advindas. 4- O resultado efetivo da ação, aos olhos do autor, cumpriu seus objetivos primários. 5- O resultado efetivo da ação é reconhecido como bom pela sociedade. Nesse caso, a ação se deu de forma natural, não implicou ao autor nenhum tipo de constrangimento, renúncia ou submissão. No entanto, se os motivos do autor ou o resultado esperado, são conflitantes com os valores morais da sociedade, surge um impasse. Precisamos então da virtude da prudência, que nos faz pesar os motivos e as conseqüências sob a perspectiva de uma avaliação negativa para o ato. Em jogo estarão, não somente um possível um drama de consciência, mas também as conseqüências reais impostas pela própria sociedade.

Epicuro nos diz para buscarmos ficar livre dos medos, e nos ensina que somente pela compreensão dos fatos podemos superar os temores infundados. Segundo ele, devemos buscar a paz interior, e para tanto, evitar as situações com as quais, quer pela imprevisibilidade, quer seja pelo grau das possíveis conseqüências, venha o medo a dominar nosso interior. “Primeiramente devemos considerar os sentimentos interiores e as sensações exteriores (...)”

¹⁸ ERSKINE, John, *The moral obligation to be intelligent*

¹⁹ Aristotle, op. cit.

nós devemos localizar de onde vem as causas de nosso desconforto e medo, e, entendendo as verdadeiras causas (...) nós nos libertamos daquilo que produz o maior medo nos homens”²⁰.

Mas se a ação deve ser pautada exclusivamente nessa perspectiva, a do medo das conseqüências, então prudência e covardia seriam sinônimo. Devemos notar entretanto, que Epicuro, não prega a covardia: “é melhor na ação do homem que o que for bem escolhido falhe, do que o mau escolhido, em função do acaso tenha sucesso”²¹, ou seja, a perspectiva assumida no momento da ação deve permanecer. Ele considera que existe a liberdade de escolha, o livre arbítrio, e assim, as conseqüências advindas precisam ser assumidas. O fato de a decisão ser bem formulada e prudente é o que não deixa espaço para o medo.

Mas o que separa a prudência da covardia? Em nosso entendimento é a inteligência. Ela é quem estabelece a tênue fronteira entre ambas, é quem ultrapassa o medo e permite que as avaliações sejam tomadas não só no âmbito das conseqüências, mas considerando que os motivos por vezes exigem o nosso comprometimento, aproximando então prudência e coragem. A inteligência permite ver além da tradição que regula o comportamento moral, e como o passar do tempo nos mostra, as tradições mudam; as virtudes mudam?

Essa ação dialética, da tradição submetida à inteligência que resulta em nova moral, que uma vez consolidada se transforma em tradição, nos indaga porque que as virtudes acabam por permanecer essencialmente as mesmas, século após século. Se elas são uma “média” como colocava Aristóteles, então estão sempre sendo reconstruídas e assim, com o passar do tempo, deveriam ter seu significado transformado. Mas se o contexto ao qual referenciamos coragem mudou ao longo do tempo (por exemplo: não se é mais exigido o empenho da vida em um duelo), sua essência, que é a serenidade e firmeza diante das situações adversas, essa permanece.

Em contrapartida, notamos que ao longo do tempo, a humanidade não se tornou mais “virtuosa”, não parece que o ensino das virtudes, e entre elas a prudência, tenha prevalecido.

E se pensarmos em nosso caráter tal como uma luz que quando projetada por um prisma revela sua composição? Ao invés das cores poderíamos obter as virtudes? Se isso pudesse ser feito, teríamos que tal como nas cores, cada virtude ocupa sua própria posição em uma escala. Não existe a “média”, ou se tem ou não. Da mesma forma que cada elemento químico exhibe uma composição particular, assim também o caráter de cada ser humano exhibe sua própria possibilidade de virtudes. A arquitetura intelectual é comum a todos, como sugerido por Kant, porém no nível individual, entendemos que as particularidades

²⁰ Epicurus, *Letter to Herodotus*, p. 228

²¹ *Ibid*, p233

simplesmente escapam à possibilidade de detalhamento e padronização. A ação virtuosa então, não mais será uma média entre extremos, mas sim uma seleção precisa, na qual a inteligência opta pelo uso, dentro das existentes, da “virtude” mais adequada.

Temos então por um lado, que a expectativa do julgamento externo é elemento significativo na seleção das virtudes, mas por outro, não há como se selecionar o que não se possui. Assim, o exercício de aproximação pela busca da virtude adequada, pode conduzir à situação de que nenhuma das disponíveis seja satisfatória. A expectativa pelo acerto, é substituída pela convicção da reprovação. Nessa situação, se uma ação se faz inadiável, o agir estritamente de acordo com as próprias convicções e valores – ignorando qualquer consideração à moral vigente – será o mais adequado, pois a conviver com as conseqüências, que elas pelo menos sejam resultado de nossa própria escolha e princípios. Somos forjados dentro de uma sociedade; se nossos padrões de virtude não se compatibilizam, isso será em função de uma re-significação, conseqüência de nossas próprias possibilidades individuais sob a regência da inteligência.

A outra possibilidade que resta ao individuo, é a ausência de comprometimento, o adiamento contínuo das ações, seguir e permanecer sempre à sombra da maioria, em fim, abdicar da inteligência e do livre arbitrio.

4- O ATO

Nesse texto, consideramos o ato como sendo a exteriorização de um pensamento; uma ação que exprime ou materializa uma vontade. Temos assim o ato de falar, ou o de confeccionar uma obra de arte. Aristóteles nos ensina, que o que confere virtude ao ato é o conhecimento que possuímos sobre os elementos envolvidos na ação, o que inclui a certeza de suas conseqüências. Dessa forma, segundo ele, somente devemos deliberar “sobre as coisas que estão em nosso poder e podem ser realizadas”²².

Quando projetamos máquinas ou codificamos programas de computador, temos em mente resultados. Calculamos o efeito de nossas ações sobre o funcionamento final desejado e assim nos lançamos ao futuro. A cada passo as incertezas inerentes à expectativa do resultado cedem lugar à realidade, até que futuro e presente se encontram na conclusão do trabalho. Existe virtude nesse processo? Aristóteles diz que a virtude intelectual nos abriu as possibilidades, enquanto que a virtude moral nos permitiu fazer o trabalho da melhor maneira

²² Aristotle, op. cit. III, 1112^a-30

possível. Agora, a máquina e o programa de computador entram em atividade: a primeira destinada à guerra e destruição. O segundo assume a vigilância e controle do ser humano, suprimindo sua liberdade.

Na visão de Aristóteles, o produto final da ação (uma máquina, um programa de computador, etc.) possui sua própria virtude, e entendemos que isso se dá em consequência de uma “apropriação” da virtude do próprio artífice. A virtude de uma faca é cortar bem, mas a faca destinada a cortar o pão também pode matar, ou seja, o ato de produzir a faca não condiciona o seu uso, isso é competência exclusiva de quem a utiliza. A máquina cuja finalidade é a guerra, pode ter sido produzida na esperança de permitir a legítima defesa e assim, ao propiciar um equilíbrio de forças, contribuir para a paz. Dessa forma, aqueles que nela trabalharam só podem ser responsabilizados em função de suas próprias expectativas, ou seja, se em seu empenho buscavam proporcionar a dignidade pela paz ou a submissão pela guerra. Da mesma forma, quando produzimos medicamentos, sabemos que seu uso de forma inadequada pode ocasionar graves consequências, apesar do objetivo primário de salvar vidas.

Mas e quando o produto final é algo imaterial e intangível, que somente pode ser percebido indiretamente por intermédio das próprias consequências do ato? Em nosso dia a dia, nossos atos evoluem em uma cadeia complexa de eventos; até que ponto a virtude de quem desencadeia o processo o acompanha? Qual o limite de responsabilidade que pode ser atribuído ao autor em função de uma consequência indireta de seu ato original? Como vimos, a virtude da faca ter sido bem feita foi passada à faca e a acompanha, mas o mesmo não se dá em relação à avaliação moral que seu uso implica. Se um assassino usa essa faca, quem a fez não pode ser responsabilizado pelo mau uso do instrumento – que é inerte. Mas se quem confeccionou a faca o fez com a intenção de ferir e a tornou acessível a quem tinha esse desejo? Nesse caso, entendemos que o assassino é um mero instrumento em um ato mais amplo e complexo, engendrado com premeditação. Assim, o ato não se encerra com a produção da faca, e de fato permanece até a consumação do crime, quando então, a responsabilidade moral do assassino e do artífice se fundem.

Do exposto acima, podemos inferir que a “duração do ato”, sua capacidade de “transportar” virtude moral, se limita à possibilidade de previsão e expectativa que o próprio autor confere ao ato, o que é compatível com o ensinamento de Aristóteles, que nos diz para estarmos certos dos objetivos e consequências, para que a ação seja virtuosa. Mas essa perspectiva, no que se refere às ações complexas que evoluem com o tempo, nos remete a termos como certo o incerto, ou seja, que as condições atuais nas quais planejamos nosso ato,

se mantenham no decorrer de toda a ação. Mas será que podemos ter alguma certeza do futuro?

O que buscamos entender aqui são os limites da abrangência de um ato, ou seja, sua permanência em tempo e espaço. Pode alguém além do autor, determinar o ato encerrado, seus efeitos estabelecidos e seus resultados alcançados? Se for permitido um julgamento externo, onde somente prevaleçam as conseqüências percebidas, acreditamos que não mais será possível que alguém se comprometa com o próprio ato, uma vez que as condições de avaliação irão escapar de seu controle.

A sociedade contemporânea, como nos mostram os noticiários, tem dado ênfase às conseqüências, em detrimento de considerar a integralidade do ato. Essa postura pressupõe que cada ação é *a priori* portadora de uma culpa: Má-fé, imperícia e imprudência, passam a ser suas qualidades inerentes, tal como um pecado original a ser expiado na constatação de um resultado satisfatório. Dentro dessa ótica, nem mesmo acidentes podem existir: Se um avião cai, a busca pela causa é sufocada pela caça aos culpados. Se uma criança morre, é imperativo que alguém seja culpado e preso. Ninguém mais é digno de confiança, pois da mesma forma que é impossível ao indivíduo prever a avaliação futura de seus atos, à sociedade é impossível julgar antes da apresentação definitiva das conseqüências.

As leis que antes, assimiladas pelo indivíduo, estabeleciam os limites da ação, agora apresentam a descrição da própria ação. A conseqüência satisfatória, mais que uma meta, é a única alternativa possível. Assim, se a vida humana é colocada como o bem mais precioso, utilizar uma medicação sem a prescrição médica passa a ser proibido, pois somente o médico pode “garantir” o resultado favorável. Todo um conjunto de normas, cada vez mais detalhadas, é então estabelecido com essa finalidade. Como no mundo real, a incerteza e o imprevisto continuam existindo, o cumprimento estrito dos passos preconizados pela norma, embora não garanta um resultado positivo, ao menos assegura uma justificativa que conduzirá à absolvição do autor perante a sociedade e quiçá perante sua própria consciência.

A valorização por resultado não admite dúvidas: na tentativa de prevenir conseqüências indesejadas, busca determinar de antemão as possibilidades de comportamento. Assim, além de eliminar do ato qualquer necessidade de prudência, inviabiliza o próprio exercício da inteligência.

Uma nova “virtude” é forjada, a da obediência. Pode a obediência, mesmo a obediências às leis, isentar o indivíduo do comprometimento com as ações praticadas? Lembremos que para Aristóteles, a felicidade é o perfeito exercício da virtude. Garantimos nossa felicidade ao praticar os atos virtuosos, e a constância desse estado decorre da prática

continuada das boas ações. Será a “virtude” da obediência capaz de nos assegurar a felicidade?

5- A OBEDIÊNCIA

Em nosso texto entendemos a obediência como sendo a aderência a uma regra, procedimento ou comando, efetuada livremente, em detrimento de nossa própria disposição de agir, ou seja, nenhuma avaliação crítica sobre o ato é efetuada ou levada em consideração quando estamos obedecendo. Assim, se agimos seguindo nossa própria vontade, mesmo que seja em acordo com uma ordem, na verdade não estamos obedecendo e sim compactuando, pois nossa razão é que prevalece. Dentro dessa ótica, um devoto que efetua suas penitências acreditando que esse é o caminho para a sua salvação, age por convicção e não por obediência a seu confessor, enquanto que aquele que apenas cumpre com zelo o ritual da religião que escolheu, mas que é indiferente à própria ação, o faz em obediência. Isso nos leva a caracterizar a obediência como uma relação direta de subordinação entre quem executa e quem comanda, excluindo-se do conceito aquele que age comandado da mesma forma que agiria sem o comando.

Nossa idéia de obediência difere da heteronomia – conceito criado por Kant e que representa a sujeição dos indivíduos à vontade de uma coletividade. Na heteronomia, as leis que recebemos disciplinam nossas ações: elas nos são impostas, nossa vontade não pode negá-las, e quando, pelo hábito, nossas ações voluntárias normalmente coincidirem com o prescrito na lei, segundo Kant, alcançamos a autonomia. Em nosso entendimento, a autonomia indicada por Kant, não implica em liberdade, na verdade ela se aproxima do condicionamento, e representa uma expectativa que a vigilância externa não é mais um fator preponderante na escolha de um comportamento. Ao contrário, nosso conceito de obediência pressupõe a liberdade, ou seja, o indivíduo sempre tem a alternativa de optar pelo uso da própria vontade, mas desiste, e escolhe livremente obedecer.

Mas qual a vantagem em se obedecer? Entendemos que quem obedece, visa garantir obter um resultado favorável em uma empreitada desconhecida e cuja avaliação final não lhe pertence. Assim quem obedece, de certa forma visa manipular o futuro, busca estabelecer de antemão a certeza do reconhecimento de seus atos, uma vez que os pratica em acordo com a determinação de quem os julgará. Em contra-partida onde estaríamos se, por exemplo, ainda obedecêssemos aos mitos de origem que herdamos de nossos antepassados?

Os antigos filósofos gregos – os pré-Socráticos – optaram por não obedecer, e a partir da observação da natureza, abriram o caminho para a identificação de suas leis fundamentais. Em seus estudos, apesar de não conseguirem submeter as forças naturais ao homem, lograram revelar uma regularidade que podia ser compreendida. Assim, agir de acordo com o movimento esperado dos ventos e das marés – não mais pela vontade dos Deuses, se mostrou mais produtivo. A obediência às leis naturais nos forneceu entretanto uma capacidade não natural, a de poder prever com razoável grau de certeza o futuro.

O homem associa previsibilidade à segurança. Os videntes, até os dias de hoje, oferecem uma suposta antecipação dos fatos, e sugerem a obediência a um determinado presságio como forma de se alcançar o futuro desejado. A ciência formula leis com o objetivo de estabelecer graus de incerteza em relação ao futuro, e assim determina que preceitos devem ser obedecidos para que tenhamos maior probabilidade de resultados favoráveis. As religiões também possuem seus dogmas, que tem por finalidade a determinação da melhor maneira de agir com vistas a um futuro desejado – como a salvação da alma, e a obediência fiel a sua orientação passa a ser fator fundamental. Os governos também sabem como o cidadão responsável deve contribuir para o progresso da sociedade, e a obediência às leis é exigência de todos.

A obediência, portanto, pode parecer algo bastante tentador ao indivíduo, que ao livremente abdicar de fazer prevalecer sua própria vontade, em favor de um comando externo, passa a delegar e reconhecer autoridade em outra pessoa – ou instituição, e assim se exime do drama moral que acompanha as decisões, transferindo toda a responsabilidade pelo ato. Quem obedece nessas circunstâncias, transforma-se em um instrumento inerte, sua virtude é tão somente fazer bem o que lhe foi ordenado. Vale notar entretanto, a tênue linha que nos separa da contradição, pois na visão de Aristóteles, a responsabilidade moral não pode ser transferida, pois sua fundamentação básica – para um ato ser justo ou injusto, é que a ação seja voluntária²³, e a decisão de obedecer é tomada voluntariamente. Mas será que o homem que opta por abdicar do uso da razão – que se expressa por sua vontade, e assim se despe de qualquer possibilidade de virtude, ainda pode ser reconhecido e tratado como tal?

Desse modo, a obediência como que confere garantia de reconhecimento e aprovação *a priori* ao ato, o que como vimos, pode levar a triste situação de que algo injusto e imoral venha a ser reconhecido como bom. A virtude se desloca do agir com consciência e segurança, de acordo com as regras e princípios adquiridos da sociedade, mas empregados sob

²³ Ibid, V, 1135b-15

a luz da razão – visão de Aristóteles, para o cumprimento fiel dos procedimentos estabelecidos para cada situação. Mas se a obediência é a virtude a ser alcançada, por que ao longo da história humana tantos pereceram por refutá-la? Será a obediência tal como uma droga, que alivia os aflitos do peso implacável da liberdade? Será sua prática similar a de outros vícios, que impõe sua dependência onde antes havia uma falsa necessidade? Quem obedece, não age por convencimento, não age por devoção a uma causa, não está sendo constrangido pela força; está simplesmente escolhendo abrir mão de sua vontade, de sua capacidade de julgamento, de sua inteligência e de sua liberdade.

Temos então que quem obedece age pela vontade de outro. Aristóteles nos diz que quem possui essa natureza, a de agir como se fosse outro²⁴, na verdade é um escravo – alguém a quem por princípio a virtude é vedada, uma possessão, que “pode ser definida como um instrumento de ação”, e mais, “a felicidade não se encontra nesse tipo de ocupação (do escravo), mas como dito anteriormente, nas atividades virtuosas”²⁵. Mas se a obediência é praticada por aqueles que não tem virtude, aqueles cujo empenho em exercitar algo tão valioso como o poder de decidir por si próprios é nulo, como esperar que ela seja mantida assim que se apresentar o primeiro empecilho?

6- A VIGILANCIA

A partir do momento em que não estamos mais sozinhos, nossos atos, palavras e gestos são continuamente avaliados. Se essa interação com as pessoas que nos cercam se dá com o uso da prudência e da inteligência – portanto sob o domínio de nossa vontade e não por obediência, ela prescinde da necessidade de qualquer supervisão externa, uma vez que prevalece o equilíbrio, que é respaldado pelo uso da razão. Nossa atitude face ao meio social que freqüentamos, passa então a ser regulada pela proporcionalidade de nossas reações às ações sofridas, da mesma forma que refreamos nossas ações de acordo com as reações que esperamos obter, em um processo que Aristóteles denomina de “reciprocidade”²⁶. Nesse tipo de relação, entendemos que não cabe a vigilância, pois não há *a priori* um compromisso a ser seguido, e sim um acordo respeitoso que se desenvolve entre as diversas vontades. Na medida em que o grupamento humano cresce e os vínculos entre indivíduos se diluem, não há mais em relação a quem ser recíproco, e formas artificiais de controle social são estabelecidas.

²⁴ Aristotle, *Politics*, I, 1254a-10

²⁵ Aristotle, *Nicomachean Ethics*, X, 1177a-10

²⁶ *Ibid*, V, 1132b-20

Mas afinal, por que é necessário um controle social que transcenda nossa possibilidade de relacionamento? Para essa resposta, buscamos apoio em Rousseau, que nos diz: “tão logo foram necessários homens para fundir e forjar o ferro, foram necessários outros para alimentar estes”²⁷. Essa é a questão fundamental; alguém tem que fazer o trabalho que não podemos ou não queremos fazer, mas sem o qual, a continuidade de nosso modo de vida e até mesmo nossa própria subsistência estariam ameaçadas.

Na antiga Grécia, ao cumprirem suas obrigações, os escravos permitiam que o espírito livre – seus mestres – pudesse escolher o que bem fazer. Na sociedade contemporânea, onde a relação senhor escravo é considerada degradante e por isso rejeitada, a rotina produtiva é assegurada através de um “nível” de intermediação entre os homens – que realmente detém o poder na sociedade, e que se torna artificial na medida em que se apresenta como o porta voz de um ser fictício, o estado – como o *Leviathan* de Hobbes. Mas a relação do indivíduo com o estado moderno, é presidida por uma assimetria de poder que mina qualquer possibilidade de equilíbrio. Assim, a reciprocidade que deveria nortear as relações sociais, acaba por se degenerar em contestação ou acomodada obediência, sendo que essa última tem na vigilância sua forma de sustentação.

A vigilância, como considerada nesse texto, é o processo pelo qual um padrão de comportamento observado, é comparado a outro pré-determinado, com o objetivo único de reforçar uma conduta previamente definida. A idéia, é que a perspectiva de uma punição *a posteriori*, em função de qualquer discrepância registrada em seu comportamento, discipline a conduta dos indivíduos. Vemos a vigilância como algo efetivo exclusivamente sobre aqueles que obedecem; ela surge como um reforço à escolha por obedecer que foi originalmente expressa, e faz as vezes de uma vontade artificial continuamente inoculada naqueles que justamente por não a terem, a emprestam de outro.

Assim, enquanto a obediência é mantida, a vigilância é inócua, da mesma forma que a própria lei se torna desnecessária para aqueles que alcançam a autonomia preconizada por Kant. Vale notar que também Aristóteles se preocupava com a observância às leis, e no intuito de as fazer prevalecer, considerava a formação pela educação como algo de suma importância; o homem deveria ser treinado para ser bom²⁸, o que entendemos como uma preparação para que, exercendo a sua vontade – forjada e limitada pela educação, livremente escolha obedecer às leis. Desta forma, segundo Aristóteles, a lei não é mais um fardo, pois

²⁷ Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, p. 90

²⁸ Aristotele, *Nicomachean Ethics*, X, 1180a-10

justamente ordena fazer o que é bom e desejado²⁹. A partir do momento em que a obediência à lei é livremente assumida, abrimos espaço para que a vigilância se instale, pois é ela quem assegura a sua manutenção. Em função da vigilância, a livre escolha pela obediência parece não permitir uma retratação, é uma decisão sem volta. Note que nesse texto, entendemos a obediência às leis como sendo a voluntária renúncia de nossa vontade em favor da vontade expressa nas leis.

Como vivemos em sociedades que de forma indiscriminada lançam suas regras sobre todos os indivíduos que a constituem, temos que o constrangimento causado pela vigilância se dá em três graus distintos: 1-Fraco, sobre aqueles que simplesmente obedecem. 2- Médio, sobre aqueles que embora ajam de acordo com sua própria vontade, compactuam com as regras, e portanto apenas “parecem” obedecer. 3- Forte, sobre aqueles cuja vontade é cerceada pelas regras, e que tendo como única alternativa a desobediência, inevitavelmente sofrem sob a tirania que a vigilância lhes impõem. A vigilância só se importa com o que é feito, com o objetivo e jamais com o porquê de qualquer atitude, o subjetivo.

Notamos então que a vigilância é mais nefasta justamente para aqueles que jamais lhe deram sustentação, ou seja, os que não escolheram obedecer. Entendemos isso, como um efeito colateral da própria constituição da sociedade contemporânea, onde prevalece a crença de que a vontade da maioria expressa sempre a melhor escolha. Será a melhor escolha empenhar toda uma vida por um sonho que não lhe pertence? Será sensato restringir toda possibilidade de comportamento àqueles que se encontram previamente codificados? Se concebermos o comportamento como uma manifestação expressa das idéias, isso implica que a obediência incontestada, que é em tese o objetivo da vigilância, ao restringir o comportamento conduz necessariamente à estagnação das idéias, e daí então à decadência dos indivíduos e da sociedade.

Na medida em que as dificuldades ao cumprimento da obediência aparecem, o papel da vigilância torna-se mais importante, e transparece a fragilidade desse tipo de controle: Na impossibilidade física de se vigiar a todos todo o tempo, temos que por uma mesma ação alguns são punidos e outros não. Daí, impulsionada pelo sentimento de injustiça, rapidamente a arte do fazer sem ser pego é incorporada ao conceito de obediência, ou seja, só quem é flagrado pela vigilância está efetivamente desobedecendo. Como já vimos, quem originariamente aderiu à obediência, o fez para se livrar de uma responsabilidade e da

²⁹ Ibid, X, 1180a-20

angustia de uma avaliação futura. Agora, a vigilância tirou de seus ombros ainda mais um peso, o do compromisso.

Dessa forma, quanto mais eficiente for a vigilância, menos os indivíduos se comprometerão com suas atitudes ou palavras, pois é a própria vigilância, que no momento adequado, ira conferir esse vínculo. Uma sociedade vigiada, a exemplo do que acontece com o próprio individuo, é uma sociedade onde as escolhas já foram feitas, onde a liberdade se extingue. Sem a liberdade não temos como fazer uma decisão consciente e portanto a virtude não pode ser alcançada. Sem agir virtuosamente, como nos ensina Aristóteles, não há possibilidade de conhecermos a felicidade.

CONCLUSÃO

A influência do pensamento Aristotélico em nossa sociedade é inegável, e por isso tentamos mantê-lo como referência principal ao longo de nosso texto. Aristóteles reconhecia a diversidade humana e assinala que enquanto alguns são bons por natureza, outros poderão ser ensinados a sê-lo, e existirão ainda aqueles que resistirão ao aprendizado³⁰. Assim, segundo ele, faz-se necessário educar os homens de modo que mesmo aqueles que naturalmente não alcançam a virtude, se comportem como se a possuíssem. Segundo Aristóteles, o homem reage com raiva àqueles que lhe cerceiam a conduta, mas a obediência às leis – algo impessoal, lhes é menos onerosa³¹.

Entendemos que a legislação preconizada por Aristóteles, busca delinear o caminho pelo qual a virtude poderá ser alcançada. O homem deve ser ensinado a ser bom e a não praticar más ações, voluntariamente ou não³². Como acreditarmos que Aristóteles buscava formar o homem virtuoso – aquele que escolhe o bem pela livre vontade – e não o covarde – aquele que age por medo dos castigos, vemos as punições previstas nas leis como um instrumento de ensino. Elas expressam uma apreciação qualitativa em relação a uma realização, e não simplesmente um meio para se cercear as ações e controlar os indivíduos.

Dessa forma, as leis refletem o comportamento do homem virtuoso, e servem de modelo para que os demais o imitem. Vale novamente lembrar que na visão de Aristóteles, o objetivo final da ação virtuosa não era somente a felicidade individual – ainda não temos a noção de individuo na época de Aristóteles, mas sim a obtenção de uma qualidade na relação

³⁰ Ibid, X, 1175b-20

³¹ Ibid, X, 1180a-15

³² Ibid, X, 1180a-15

entre todos os homens, o que se reflete necessariamente no bem estar da *Polis*. A *Polis* não era um ser fictício – como o estado moderno, era algo palpável, ela se materializava na maneira de viver que se possuía e se desejava preservar. Aristóteles viveu em um período em que a decadência da sociedade Grega já manifestava sua força, e ele buscava impedir sua derrocada.

A sociedade contemporânea manteve a herança Aristotélica ao buscar nas leis sua estabilidade e segurança, mas perdeu o real sentido do porque de se agir de acordo com elas. Como resultado, o comprometimento do indivíduo com a lei é algo irrelevante, basta que a obediência se manifeste. Em lugar da busca pela virtude – único meio de se obter a felicidade, o medo do castigo ganha o maior destaque. Há de se evitar a punição a qualquer custo, e a virtude vira sinônimo de se seguir estritamente às regras, uma virtude reconhecida *a posteriori*. Mas mesmo assim o imprevisto acontece: daí, no intuito de se aperfeiçoar a sociedade, as leis tornam-se mais e mais detalhadas, aumenta-se a eficiência da vigilância e o rigor das punições. A obediência, que dada a disparidade de forças não tem mais possibilidade de ser rejeitada, degenera em subserviência, e com ela se desenvolve a forma de se agir apesar da lei; chama-se corrupção.

É certo que a liberdade assusta, mas entendemos que é nesse ambiente caótico e impreciso que uma ampla liberdade proporciona, que a virtude se manifesta e prospera. Se por um lado, a complexa sociedade em que vivemos demanda controle e organização para seu bom funcionamento, por outro, estes não devem ser tais que inibam nos homens o sentimento de responsabilidade e desejo pela escolha do próprio destino. É importante notar que por detrás das estruturas invisíveis que coordenam o uso e o acesso aos meios que necessitamos para subsistir, existem homens, e no final, é somente a virtude em suas ações que impede que o poder que exercem em nome da sociedade seja usado de forma indevida. Não devemos nunca nos esquecer que toda avaliação *a posteriori* já se dá sobre um fato consumado.

BIBLIOGRAFIA

ARISTOTLE, *Nicomachean Ethics*, (Tradução inglesa a cargo de W. D. ROSS), London, William Benton, 1952.

PLATO, *The Republic*, (Tradução inglesa a cargo de Benjamin Jowett), London, William Benton, 1952.

COMTE-Sponville André, *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*, (Tradução de Eduardo Brandão), São Paulo, Martins Fontes, 2007.

EPICURUS, *Letter to Menoeceus*, (Tradução inglesa a cargo de C. Bailey), Philosophical Essays, London, William Benton, 1963

HUME David, *An Enquiry Concerning Human Understanding*, London, William Benton, 1952

LALANDE André, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, Paris, PUF, 2006

ERSKINE John, *The moral obligation to be intelligent*, Philosophical Essays, London, William Benton, 1963

EPICURUS, *Letter to Herodotus*, (Tradução inglesa a cargo de C. Bailey), Philosophical Essays, London, William Benton, 1963

ARISTOTLE, *Politics*, (Tradução inglesa a cargo de Benjamin Jowett), London, William Benton, 1952.

ROUSSEAU Jean Jacques, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, (Tradução de Paulo Neves), Porto Alegre, LP&M, 2008.

www.defesa.ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

